

# CBM-RO

**BOMBEIRO MILITAR  
OFICIAL COMBATENTE**

Corpo de Bombeiros Militar  
do Estado de Rondônia



Edital **verticalizado**

## CONHECIMENTOS BÁSICOS

### LÍNGUA PORTUGUESA

- 1 Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados.
- 2 Reconhecimento de tipos e gêneros textuais.
- 3 Domínio da ortografia oficial.
- 4 Domínio dos mecanismos de coesão textual.
  - 4.1 Emprego de elementos de referência, substituição e repetição, de conectores e de outros elementos de sequenciamento textual.
  - 4.2 Emprego de tempos e modos verbais.
- 5 Domínio da estrutura morfossintática do período.
  - 5.1 Emprego das classes de palavras.
  - 5.2 Relações de coordenação entre orações e entre termos da oração.
  - 5.3 Relações de subordinação entre orações e entre termos da oração.
  - 5.4 Emprego dos sinais de pontuação.
  - 5.5 Concordância verbal e nominal.
  - 5.6 Regência verbal e nominal.
  - 5.7 Emprego do sinal indicativo de crase.
  - 5.8 Colocação dos pronomes átonos.
- 6 Reescrita de frases e parágrafos do texto.
  - 6.1 Significação das palavras.
  - 6.2 Substituição de palavras ou de trechos de texto.
  - 6.3 Reorganização da estrutura de orações e de períodos do texto.
  - 6.4 Reescrita de textos de diferentes gêneros e níveis de formalidade.

### HISTÓRIA E GEOGRAFIA DE RONDÔNIA

- 1 Aspectos gerais.
  - Limites.
  - Evolução político-administrativa e econômica.
  - Setores produtivos da agropecuária.
  - Hidrografia.
  - Área e população.

Zoneamento socioeconômico e ecológico.  
Mudanças climáticas, Antropoceno e Amazônia.  
Expansão do neopentecostalismo na Amazônia.  
Exploração, conquista, ocupação e colonização da Amazônia.  
Ciclos da borracha.  
Mercantilismo e políticas de colonização dos vales do Madeira e Guaporé.  
Submissão e Resistência dos povos indígenas, escravizados, quilombolas e populações tradicionais.  
Navegação no rio Madeira.  
Abertura do rio Amazonas à navegação internacional.  
Exploração e colonização do oeste da Amazônia.  
Processo de ocupação e expropriação indígena na área do Beni.  
Mão de obra para os seringais do Alto Madeira.  
Tratado de Petrópolis e a questão acreana.  
Construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré.  
Território federal do Guaporé e criação do estado de Rondônia.  
Construção das usinas do Baixo Madeira.  
Rondonização da Amazônia.

## **DIREITO PENAL MILITAR**

- 1 Aplicação da lei penal militar.
- 2 Crime.
- 3 Imputabilidade penal.
- 4 Concurso de agentes.
- 5 Penas.
- 6 Aplicação da pena.
- 7 Suspensão condicional da pena.
- 8 Livramento condicional.
- 9 Penas acessórias.
- 10 Efeitos da condenação.
- 11 Medidas de segurança.
- 12 Ação penal.
- 13 Extinção da punibilidade.

- 14 Crimes militares em tempo de paz.
- 15 Crimes própria e impropriamente militares. Critérios de classificação.
- 16 Princípios constitucionais penais com reflexos na lei penal militar.

## **DIREITO PROCESSUAL PENAL MILITAR**

- 1 Processo penal militar e sua aplicação.
- 2 Polícia judiciária militar.
- 3 Inquérito policial militar.
- 4 Ação penal militar e seu exercício.
- 5 Processo.
- 6 Juiz, auxiliares e partes do processo.
- 7 Denúncia.
- 8 A Justiça Militar da União.
  - 8.1 Lei nº 8.457/1992 (organização da Justiça Militar da União).
  - 8.2 Defensoria Pública da União junto à Justiça Militar.
  - 8.3 Competência da Justiça Militar da União.
- 9 Questões prejudiciais.
- 10 Exceções.
- 11 Incidente de sanidade mental do acusado.
- 12 Incidente de falsidade de documento.
- 13 Medidas preventivas e assecuratórias.
- 14 Providências que recaem sobre coisas.
- 15 Providências que recaem sobre pessoas.
  - 15.1 Prisão em flagrante.
  - 15.2 Prisão preventiva.
  - 15.3 Menagem.
  - 15.4 Liberdade provisória.
- 16 Citação, intimação e notificação.
- 17 Atos probatórios.
  - 17.1 Interrogatório.
  - 17.2 Confissão.
  - 17.3 Perícias e exames.
  - 17.4 Testemunhas.

- 17.5 Acareação.
- 17.6 Reconhecimento de pessoa e coisa.
- 17.7 Documentos.
- 17.8 Indícios.
- 18 Processos em espécie.
- 18.1 Processo ordinário.
- 18.2 Processos especiais.
- 18.3 Deserção de oficial e de praça.
- 18.4 Insubmissão.
- 19 Nulidades.
- 20 Recursos.
- 20.1 Regras gerais.
- 20.2 Recurso em sentido estrito.
- 20.3 Correição parcial.
- 20.4 Apelação.
- 20.5 Embargos.
- 20.6 Revisão.
- 20.7 Recurso extraordinário.
- 20.8 Reclamação.
- 21 Execução.
- 21.1 Incidentes.
- 21.2 Suspensão condicional da pena.
- 21.3 Livramento condicional.
- 21.4 Indulto, comutação da pena, anistia e reabilitação.
- 21.5 Execução das medidas de segurança.
- 22 Princípios constitucionais processuais com reflexos na lei processual penal militar.

## **DIREITO PENAL**

- 1 Princípios aplicáveis ao direito penal.
- 2 Aplicação da lei penal.
  - 2.1 A lei penal no tempo e no espaço.
  - 2.2 Tempo e lugar do crime.
  - 2.3 Interpretação da lei penal.

- 2.4 Analogia.
- 2.5 Irretroatividade da lei penal.
- 2.6 Conflito aparente de normas penais.
- 3 Ilícitude.
- 4 Culpabilidade.
- 5 Concurso de pessoas.
- 6 Penas.
  - 6.1 Espécies de penas.
  - 6.2 Cominação das penas.
- 7 Ação penal.
- 8 Punibilidade e causas de extinção.
- 9 Prescrição.
- 10 Crimes contra a fé pública.
- 11 Crimes contra a administração pública.
- 12 Lei nº 13.869/2019 (abuso de autoridade).
- 13 Lei nº 9.613/1998 (lavagem de dinheiro).
- 14 Disposições constitucionais aplicáveis ao direito penal.
- 15 Crimes e sanções penais na licitação (Lei nº 8.666/1993 e Lei nº 14.133/2021).

## **DIREITO PROCESSUAL PENAL**

- 1 Disposições preliminares do Código de Processo Penal.
- 2 Inquérito policial.
- 3 Ação penal.
- 4 Competência.
- 5 Lei nº 9.296/1996 (interceptação telefônica).
- 6 Juiz, Ministério Público, acusado, defensor, assistentes e auxiliares da justiça, atos de terceiros.
- 7 Prisão, liberdade provisória e fiança.
- 8 Processo e julgamento dos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos.
- 9 Habeas corpus e seu processo.
- 10 Disposições constitucionais aplicáveis ao direito processual penal.

## DIREITO CIVIL

1 Lei de introdução às normas do direito brasileiro.

1.1 Vigência, aplicação, obrigatoriedade, interpretação e integração das leis.

1.2 Conflito das leis no tempo.

1.3 Eficácia das leis no espaço.

2 Pessoas naturais.

2.1 Conceito.

2.2 Início da pessoa natural.

2.3 Personalidade.

2.4 Capacidade.

2.5 Direitos da personalidade.

2.6 Domicílio.

3 Pessoas jurídicas.

3.1 Disposições Gerais.

3.2 Constituição.

3.3 Extinção.

3.4 Sociedades de fato.

3.5 Associações.

3.6 Fundações.

4 Bens imóveis, móveis e públicos.

5 Fato jurídico.

6 Negócio jurídico.

6.1 Disposições gerais.

6.2 Invalidade.

7 Prescrição.

7.1 Disposições gerais.

8 Decadência.

9 Obrigações.

9.1 Características.

9.2 Adimplemento pelo pagamento.

9.3 Inadimplemento das obrigações – disposições gerais e mora.

10 Contratos.

10.1 Princípios.

- 10.2 Contratos em geral.
- 10.3 Disposições gerais.
- 11 Responsabilidade civil objetiva e subjetiva.
  - 11.1 Obrigação de indenizar.
  - 11.2 Dano material.
  - 11.3 Dano moral.
- 12 Lei nº 8.078/1990.
  - 12.1 Consumidor.
  - 12.2 Fornecedor.
- 13 Lei nº 10.741/2003 (Estatuto do Idoso).
  - 13.1 Disposições preliminares.
  - 13.2 Direitos fundamentais.

## **DIREITO ADMINISTRATIVO**

- 1 Estado, governo e administração pública.
  - 1.1 Conceitos.
  - 1.2 Elementos.
- 2 Direito administrativo.
  - 2.1 Conceito.
  - 2.2 Objeto.
  - 2.3 Fontes.
- 3 Ato administrativo.
  - 3.1 Conceito, requisitos, atributos, classificação e espécies.
  - 3.2 Extinção do ato administrativo.
    - 3.2.1 Cassação, anulação, revogação e convalidação.
  - 3.3 Decadência administrativa.
- 4 Poderes da administração pública.
  - 4.1 Hierárquico, disciplinar, regulamentar e de polícia.
  - 4.2 Uso e abuso do poder.
- 5 Regime jurídico-administrativo.
  - 5.1 Conceito.
  - 5.2 Princípios expressos e implícitos da administração pública.
- 6 Responsabilidade civil do Estado.



- 6.1 Evolução histórica.
- 6.2 Responsabilidade civil do Estado no direito brasileiro.
  - 6.2.1 Responsabilidade por ato comissivo do Estado.
  - 6.2.2 Responsabilidade por omissão do Estado.
- 6.3 Requisitos para a demonstração da responsabilidade do Estado.
- 6.4 Causas excludentes e atenuantes da responsabilidade do Estado.
- 6.5 Reparação do dano.
- 6.6 Direito de regresso.
- 7 Controle da administração pública.
  - 7.1 Controle exercido pela administração pública.
  - 7.2 Controle judicial.
  - 7.3 Controle legislativo.
  - 7.4 Improbidade administrativa.
    - 7.4.1 Lei nº 8.429/1992.
- 8 Processo administrativo.
  - 8.1 Lei nº 9.784/1999.
- 9 Licitações e contratos administrativos.
  - 9.1 Legislação pertinente.
    - 9.1.1 Lei nº 8.666/1993 e Lei nº 14.133/2021.
    - 9.1.2 Lei nº 10.520/2002 e demais disposições normativas relativas ao pregão.
    - 9.1.3 Decreto nº 7.892/2013 (sistema de registro de preços).
    - 9.1.4 Lei nº 12.462/2011 (Regime Diferenciado de Contratações Públicas).
    - 9.1.5 Decreto nº 6.170/2007 e Portaria Interministerial nº 424/2016.

## DIREITO FINANCEIRO

- 1. Direito financeiro.
  - 1.1 Conceito e objeto.
  - 1.2 O Direito financeiro na Constituição Federal de 1988.
    - 1.2.1 Normas gerais e orçamento.
- 2. Despesa pública.
  - 2.1 Conceito e classificação de despesa pública.
  - 2.2 Disciplina constitucional dos precatórios.

- 3. Receita pública.
  - 3.1 Conceito.
    - 3.1.1 Ingresso e receitas.
  - 3.2 Classificação das receitas públicas.
- 4. Orçamento público.
  - 4.1 Conceito, espécies e natureza jurídica.
  - 4.2 Princípios orçamentários.

## **DIREITO AMBIENTAL**

- 1 Direito ambiental constitucional.
  - 1.1 Meio ambiente como direito fundamental.
  - 1.2 Distribuição de competências entre os entes federados: artigo 225 da Constituição Federal de 1988.
  - 1.3 Função ambiental pública e privada.
  - 1.4 Função social da propriedade.
- 2 Meio ambiente: conceito, aspectos natural, artificial, cultural e do trabalho, conceitos de biodiversidade e desenvolvimento sustentável.
- 3 Princípios constitucionais e específicos de proteção ambiental.
- 4 Instrumentos da Política Nacional de Proteção Ambiental.
  - 4.1 Lei nº 6.938/1981 e suas alterações.
  - 4.2 SISNAMA: estrutura e competências.
  - 4.3 Decreto nº 99.274/1990 e suas alterações.
- 5 Gestão de recursos hídricos.
  - 5.1 Lei nº 9.433/1997 e suas alterações (Instrumentos de gestão).
  - 5.2 Resolução CNRH nº 16/2001 e suas alterações.
  - 5.3 Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH).
  - 5.4 Gestão de recursos florestais: Lei nº 12.651/2012 e suas alterações.
  - 5.5 Lei nº 11.284/2006 e suas alterações (significado de gestão e de concessão florestal).
  - 5.6 Espaços territoriais especialmente Edital 4 (0030255979) SEI 0004.072963/2022 -99/ pg. 45 protegidos (significado de áreas de preservação permanente, reserva legal e unidades de conservação).
  - 5.7 Lei nº 9.985/2000 e suas alterações (divisão, finalidades e categorias).
- 6 Relação entre o direito, o meio ambiente e o direito à saúde e ao saneamento.

- 6.1 Artigos 182 e 183 da Constituição Federal.
- 6.2 Lei nº 10.257/2001 e suas alterações (Estatuto da Cidade).
- 7 Responsabilização administrativa, civil e penal por danos ambientais.
- 7.1 Crimes em espécie contra o meio ambiente e tipos de sanções.
- 7.2 Reparação e recuperação por dano ambiental.

## **DIREITO CONSTITUCIONAL**

- 1 Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.
  - 1.1 Princípios fundamentais.
  - 2 Aplicabilidade das normas constitucionais.
    - 2.1 Normas de eficácia plena, contida e limitada.
    - 2.2 Normas programáticas.
  - 3 Direitos e garantias fundamentais.
    - 3.1 Direitos e deveres individuais e coletivos, direitos sociais, direitos de nacionalidade, direitos políticos, partidos políticos.
  - 4 Organização político-administrativa do Estado.
    - 4.1 Estado federal brasileiro, União, estados, Distrito Federal, municípios e territórios.
  - 5 Poder Executivo.
    - 5.1 Atribuições e responsabilidades do presidente da República.
  - 6 Poder Legislativo.
    - 6.1 Estrutura.
    - 6.2 Funcionamento e atribuições.
    - 6.3 Processo legislativo.
    - 6.4 Fiscalização contábil, financeira e orçamentária.
  - 7 Poder Judiciário.
    - 7.1 Órgãos do Poder Judiciário.
      - 7.1.1 Organização e competências; Conselho Nacional de Justiça.
  - 8 Funções essenciais à justiça.
    - 8.1 Ministério Público.
    - 8.2 Advocacia Pública.
    - 8.3 Defensoria Pública.
  - 9 Constituição do Estado de Rondônia.

## LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL

1 Decreto-Lei n. 09-A de 9 de março de 1982 (Estatuto dos Policiais Militares da Polícia Militar do Estado de Rondônia).

2 Lei nº 2204, de 18 de dezembro de 2009 (Dispõe sobre a Lei Orgânica do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Rondônia).

3 Decreto nº 8134, de 18 de dezembro de 1997 (Regulamento de Movimentação para oficiais e Praças da Polícia Militar do Estado de Rondônia).

4 Lei nº 3.924, de 17 de outubro de 2016 (Dispõe sobre normas de segurança contra incêndio e evacuação de pessoas e bens no Estado de Rondônia e dá outras providências).

5 Decreto nº 21.425 de 29 de novembro de 2016 (Regulamenta a Lei nº 3.924, de 17 de outubro de 2016 que "Dispõe sobre normas de segurança contra incêndio e evacuação de pessoas e bens no Estado de Rondônia e dá outras providências").

6 Lei Federal nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980 (Estatuto dos Militares).

7 Lei Federal nº 4375, de 17 de agosto de 1964 (Lei do Serviço Militar). Lei Federal nº 13.954, de 16 de dezembro de 2019 — Altera a Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980 (Estatuto dos Militares), a Lei Federal nº 3.765, de 4 de maio de 1960, a Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964 (Lei do Serviço Militar), a Lei nº 5.821, de 10 de novembro de 1972, a Lei nº 12.705, de 8 de agosto de 2012, e o Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969, para reestruturar a carreira militar e dispor sobre o Sistema de Proteção Social dos Militares; revoga dispositivos e anexos da Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001, e da Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008; e dá outras providências.

8 Decreto nº 88.777, de 30 de setembro de 1983 – Regulamento para as Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares (R-200).

## CANAIS

Já nas redes sociais, você pode contar com o nosso apoio em canais atualizados diariamente que oferecem notícias completas e conteúdos direcionados sobre concursos de todo o Brasil. Fique ligado!



**BONS ESTUDOS!**



aprova  
concursos

**0800 727 6282**

[www.aprovaconcursos.com.br](http://www.aprovaconcursos.com.br)

aprova